

SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2020

J.
h.4

Índice

Sumário Executivo.....	3
Órgãos Sociais em funções	4
Estrutura Acionista.....	5
Enquadramento Macroeconómico.....	5
Principais indicadores da atividade	8
Principais acontecimentos.....	9
Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros	10
Perspetivas para 2021.....	11
Factos relevantes após o termo do exercício	11
Proposta de aplicação de resultados	11
Nota Final	12

Sumário Executivo

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

No ano de 2020 a Santander Pensões continuou o trabalho desenvolvido, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, mantendo a continuidade das operações. Ainda não foi possível concretizar o planeado aumento de volume, resultado da transferência da gestão do Fundo de Pensões BANIF, que aguarda as devidas aprovações regulatórias.

Os riscos financeiros foram sempre acautelados, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e o sustento da liquidez.

A gestão das carteiras está totalmente delegada na Santander Asset Management, sendo partilhadas entre as sociedades as componentes de operações, riscos e compliance e financeira.

Órgãos Sociais em funções

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2019/2021

Presidente	António Terra da Motta
Secretário	Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2019/2021

Presidente	Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina (renunciou em 29 de dezembro de 2020) Nuno Miguel de Oliveira Henriques (nomeado Presidente em 29 de dezembro de 2020)
Vogal	José Manuel Neves (com funções executivas)
Vogal	Nuno Miguel de Oliveira Henriques (até 29 de dezembro de 2020)
Vogal	Lázaro de Lázaro Torres (não executivo)
Vogal	Jack Gustaaf C. Treunen (não executivo)
Vogal	Sara Eusébio da Fonseca (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato 2019/2021

Presidente	PKF & Associados, SROC, Lda, representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa
Vogal	Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória
Vogal	José Francisco Antunes Rodrigues

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2019/2021

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

Estrutura Acionista

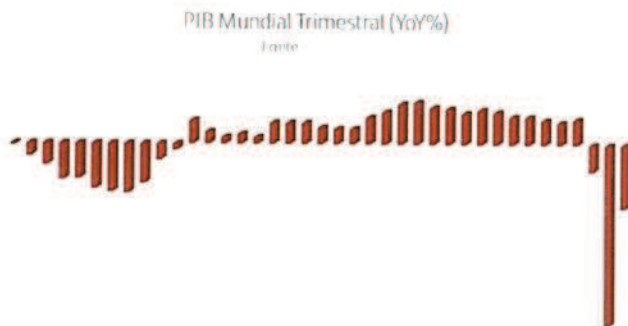
O capital social da Sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de 7.291.170.350,50 euros.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do atual acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2020 ficou marcado pelo brutal impacto da pandemia COVID-19 na economia mundial. O abrupto abrandamento fez-se sentir com magnitudes diferenciadas entre as diversas geografias mundiais, mas, independente da escala, a comparação histórica impressionou. No Reino Unido, com mais de três séculos de dados macroeconómicos, o ano de 2020, deverá representar a prior contração desde 1710. No Japão, um dos países que melhor lidou com a crise sanitária, a queda do PIB só será suplantada pelo impacto das bombas atómicas em 1945 e, nos Estados Unidos da América, apesar da década da grande depressão permanecer como a mais negra, esta pandemia irá suplantará todas as crises desde 1970.

A pandemia COVID-19, exerceu e mantém um impacto significativo sobre as economias e sociedades. As perspetivas de um eventual caminho para sair da crise melhoraram, com notícias encorajadoras sobre a eficácia



de parte das vacinas esperadas para combater a pandemia, mas as expectativas de curto prazo permanecem muito incertas. Surtos de vírus renovados em muitas economias e as medidas de contenção que tiveram de ser introduzidas abrandaram o ritmo da recuperação global do colapso da produção na primeira metade de 2020 e provavelmente resultarão em novas quedas na produção de curto prazo, especialmente em muitos países europeus. É provável que este padrão persista por algum tempo, dados a evolução no último trimestre do ano e de todos os desafios logísticos de numa campanha de inoculação mundial.

Viver com o vírus por pelo menos mais seis a nove meses será um desafio, pelo que a


desaceleração de final de 2020 deverá afetar a primeira metade de 2021. Os surtos locais provavelmente continuarão e terão que ser tratados com medidas de contenção direcionadas, se possível, ou bloqueios de toda a economia, se necessário, o que conterá o crescimento. Algumas empresas nos setores mais expostos a essas medidas de contenção contínuas podem não conseguir sobreviver por um longo período sem apoio adicional, aumentando o risco de novas perdas de empregos e insolvências que afetam a demanda em toda a economia.

No pressuposto de que novos surtos de vírus permanecem contidos e que a perspetiva de uma vacina amplamente disponível no final de 2021 ajuda a manter a confiança, uma recuperação gradual, mas desigual na economia global deve ocorrer nos próximos dois anos. Após um forte declínio de -4,4% do PIB Mundial neste ano, deverá recuperar cerca de 4,2% em 2021 e mais 3,7% em 2022 (Fonte: OCDE). Em termos agregados, no final de 2021, o PIB global deverá atingir níveis idênticos aos anteriores à crise, ajudado por a forte recuperação na China, mas o desempenho deverá ser significativamente diferente entre as principais economias. A produção

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Ramalho Ortigão, n.º 51, 9º Piso – 1099-090 Lisboa – Portugal - Tel: 210 526 612- Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.000.000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



5

deverá permanecer cerca de 5% abaixo dos níveis pré-crise em muitos países em 2022, aumentando o risco de custos permanentes substanciais da pandemia.

Economia Mundial

Após o choque repentino sem precedentes no primeiro semestre do ano, com o PIB global no segundo trimestre de 2020 mais de 10% abaixo do final de 2019, a produção aumentou acentuadamente no terceiro trimestre conforme as medidas de contenção se tornaram menos rigorosas, as empresas reabriram e o consumo das famílias regressou. Apesar desta evolução, a produção nas economias avançadas permaneceu, no terceiro trimestre, cerca de 4,5% abaixo dos níveis pré-pandémicos, similar ao pico de queda na produção sentido durante a crise financeira global. Sem o apoio político rápido e eficaz introduzido em todas as economias para amortecer o impacto do choque sobre os rendimentos familiares e empresas, a recuperação da produção e o emprego teriam sido substancialmente mais fracos.

Após a recuperação inicial de muitas atividades fruto da redução das medidas de confinamento, o ritmo da recuperação diminuiu a partir de outubro, especialmente na Europa. As medidas diárias de mobilidade permaneceram abaixo dos níveis pré-pandémicos e voltaram a diminuir nas economias avançadas, com medidas de contenção mais rigorosas a ser implementadas para lidar com novos surtos de vírus. Os indicadores do *Google Trends* com base em pesquisas até meados de novembro também sugerem que o crescimento do PIB no quarto trimestre de 2020 pode ser negativo em muitos países europeus onde o rigor das medidas de contenção tem vindo a ser revisto e agravado. Conforme observado no segundo trimestre de 2020, medidas de contenção mais rigorosas e menor mobilidade estão associadas a um abrandamento macro, conduzindo a indicadores de confiança empresarial fracos, especialmente em serviços.

	2019	2020 (Est)
PIB EUA	2,20%	-3,40%
Inflação EUA	1,80%	1,00%
PIB Zona Euro	1,30%	-7,00%
Inflação Zona Euro	1,20%	0,20%
PIB China	6,00%	1,60%
PIB América Latina	0,10%	-6,60%

Fonte: Santander Asset Management

Entre os países com estatísticas mensais de atividade económica para toda a economia, pouco mais de dois terços do declínio na produção entre janeiro e abril foi restaurado em setembro, mas com diferenças marcantes entre os setores. Algumas categorias de consumo recuperaram com relativa rapidez com a reabertura das economias, principalmente o consumo doméstico no retalho tradicional. O consumo das famílias em serviços, especialmente aqueles que exigem proximidade entre fornecedores e clientes ou viagens internacionais, permaneceram mais moderados. Nos Estados Unidos e no Japão, o consumo agregado terminou o ano de 2020 cerca de 4% abaixo dos níveis pré-pandémicos.

As taxas de poupança das famílias aumentaram, no segundo trimestre, entre 10 a 20% na maioria das economias avançadas, com as medidas de emergência dos governos a sustentar o rendimento familiar maior poupança por precaução e restrições aos gastos do consumidor. O nível de depósitos bancários aumentou em muitas economias.

A produção industrial global também registou uma acentuada recuperação, ajudada pelo forte crescimento na China. No entanto, os *déficits* em relação aos níveis pré-pandémicos permanecem em muitas economias avançadas, com a procura de bens de valor acrescentado a revelar-se muito mais fraca do que por bens de consumo, especialmente no Japão e na Alemanha. As intenções de investimento enfraqueceram em vários países e as expectativas de que a incerteza relacionada com o vírus persistirá por algum tempo, deverão manter o investimento empresarial em níveis baixos.

Os volumes do comércio global contraíram acentuadamente no primeiro semestre de 2020, com o comércio de mercadorias a cair 16% em relação ao seu nível pré-pandémico, com as viagens internacionais e o turismo a serem amplamente afetados. A retomada da atividade, durante a reabertura, refletiu-se no comércio e no tráfego portuário, especialmente na China, Coreia e numa série de economias asiáticas menores, ajudado pelo aumento da procura global por máscaras e outros equipamentos de proteção individual, bens relacionados com o teletrabalho, incluindo equipamento informático. A recuperação da produção industrial na China também impulsionou a procura por muitas matérias-primas nas economias exportadoras de *commodities*, principalmente metais. O tráfego de passageiros aéreos e viagens também permaneceu excepcionalmente fraco, afetando fortemente as receitas de exportação das economias dependentes do turismo, como é o caso de Portugal.

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Ramalho Ortigão, n.º 51, 9º Piso – 1099-090 Lisboa – Portugal - Tel: 210 526 612- Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.000.000 – NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



Economia Portuguesa

Depois da rápida recuperação no 3º Trimestre de 2020, a 2ª vaga da pandemia obrigou o Governo a aumentar as medidas de contenção de contágios até ao final do ano, reduzindo substancialmente a mobilidade em Lisboa e Porto.

	2019	2020 Est
PIB Real	2,20%	-8,10%
Consumo Privado	2,40%	-6,40%
Consumo Público	0,70%	-0,20%
Investimento	5,40%	-8,10%
Desemprego	6,50%	7,20%
Inflação	0,60%	0,20%
Déficit Orçamental (% PIB)	0,10%	-8,80%
Déficit Adm Pública (% PIB)	117%	133%

Fonte: INE, BdP, Min Fin, Santander Research

O impacto do confinamento parcial deverá ter sido de -1,9% no PIB nacional do 4º Trimestre, deixando o ano de 2020 com uma recessão de -8,1%, acima das previsões pessimistas da primeira metade do ano, mas muito abaixo da contração de -4,5% registada após a intervenção internacional em 2011.

As condições do mercado de trabalho provavelmente irão piorar, mesmo que a atividade económica retome o seu crescimento do padrão, fruto dos habituais desfasamentos do desemprego e do impacto nos setores com capital humano intensivo, como atividades de retalho e turismo. A taxa de desemprego deverá atingir 10% em 2021, tendo terminado 2020 em 7,2%, podendo, posteriormente, corrigir para 8,4% em 2022.

Os preços do consumidor devem ser negativos ou próximos a zero em 2021, seguidos de uma recuperação ténue.

Em 2020, o déficit orçamental poderá ter atingido cerca de 9% do PIB, com os confinamentos reduzirem as receitas fiscais, os estabilizadores automáticos ativados e outras medidas de apoio a aumentarem os gastos públicos. Em 2021, o déficit deverá corrigir para 4,7% do PIB (Fonte: Santander Research).

Principais indicadores da atividade

(montantes em euros)

	2020	2019
Balanço		
Ativo	3 251 408	3 124 285
Capital Próprio	2 584 081	2 544 020
Demonstrações dos Resultados:		
Serviços prestados	2 014 813	1 823 939
Fornecimentos e serviços externos	(1 641 068)	(1 407 219)
Gastos com o pessoal	(265 177)	(347 965)
Outros rendimentos e ganhos	(26 654)	(25 436)
Resultado operacional	81 914	43 319
Juros e rendimentos similares obtidos	117	2 101
Resultado antes de impostos	82 031	45 421
Imposto sobre o rendimento do período	(41 970)	(29 910)
Resultado líquido do período	40 061	15 511
Volume sob Gestão	1 143 833 703	1 161 312 689
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1.55%	0.61%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	1.23%	0.50%

Os proveitos com comissões aumentaram 11% em 2020, resultado do aumento do volume sob gestão médio durante o exercício face ao período homólogo, apesar de se ter verificado uma redução do valor patrimonial gerido com referência a 31 de dezembro de 2020. Este efeito conjugado com a redução dos custos no mesmo período, excluindo a comissão de gestão a pagar à Santander Asset Management, permitiu o aumento registado no resultado líquido.

A comissão de gestão a pagar à Santander Asset Management, em 31 de dezembro de 2020, foi de 139 421 euros (2019: 11 518 euros), em virtude da melhoria dos resultados operacionais da Sociedade.

O total do valor líquido gerido dos dois Fundos de Pensões reduziu 1,5% entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, apresentando-se o detalhe conforme se segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Pensões do Banco Santander	1 143 045 620	1 160 572 758
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	788 083	739 932
	1 143 833 703	1 161 312 689

Em 2020, o mercado de Fundos de Pensões em Portugal registou um ligeiro aumento de valor líquido sob gestão, ultrapassando os 21 mil milhões de euros.

Apesar do enquadramento de mercado ter sido marcado por uma elevada volatilidade, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade registaram rentabilidades positivas, entre 1% e 2%, no entanto, o pagamento das responsabilidades dos Fundos para com os seus beneficiários acabou por se traduzir num volume sob gestão no final do ano de 2020 inferior ao do ano anterior.

A alocação global dos ativos dos dois Fundos de Pensões geridos pela Sociedade mostra um grau de diversificação sólido, com 3% do total de ativos alocados em ações, 42% em unidades de participação de fundos de investimento, 47% em obrigações, 7% em produtos do mercado monetário e 2% outros investimentos.

Apesar do contexto de taxas de juro baixas ou nulas, as obrigações continuaram a ser uma parte central das carteiras dos dois Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

Principais acontecimentos

A 29 de dezembro de 2020, em reunião de Conselho de Administração, foi apresentada pelo Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina a carta de renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração (PCA).

Também foi designado, nos termos previstos, e com efeitos imediatos, o novo PCA, Dr. Nuno Miguel de Oliveira Henriques, para exercer o cargo no remanescente período do triénio 2019/2021, até nomeação em Assembleia Geral conforme disposto no artigo 395º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício de 2020, a Sociedade continuou a aguardar a autorização da entidade reguladora, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), para se proceder à transferência de gestão do Fundo de Pensões BANIF, o que não se veio a verificar até ao final do exercício.

Impactos na área de negócio da Sociedade – Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 e Estado de Emergência em Portugal

1) Ativação do Plano de Contingência da DGS

Considerando a emergência global de saúde pública, declarada pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação da doença COVID 19 como uma pandemia, no transato dia 11 de março de 2020, que determinaram a imposição de normas de contingência dessa epidemia, visando assegurar a contenção e atenuação da progressão social da mesma, é sabido que foram adotadas inúmeras medidas por parte do Governo Português. Dessas medidas destacam-se as que foram objeto de publicação através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID19, da Portaria n.º 71/2020 e, em particular, a regulamentação decorrente do Decreto-Lei n.º 2-A/2020 de 20 de março, que aprovou, em concreto, um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias aplicáveis ao Estado de Emergência.

Tendo em conta as informações divulgadas na altura, a 9 de março de 2020, a Sociedade acompanhou o Comité de Contingência diário implementado pela Santander Asset Management SGOIC, S.A., entidade do Grupo Santander responsável pela gestão delegada dos mandatos dos dois Fundos de Pensões e com a qual partilha os administradores executivos e elementos em funções chave, com o objetivo de pôr em execução o plano de sistema de gestão de continuidade em situação de pandemia, nomeadamente, a implementação do modelo de teletrabalho, tendo ativado todos os protocolos e ações necessárias para minimizar todos os riscos para a saúde dos seus colaboradores, fornecedores e clientes.

Após a realização dos testes pertinentes, em que as conexões em remoto funcionaram de forma correta e segura, a Sociedade passou a funcionar em situação de contingência tendo ativado no dia 16 de março de 2020, o seu plano de contingência.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) continuou ativo desde então, tendo sido implementado regime de rotatividade a partir do início de junho. Em face da deterioração da situação pandémica e das novas orientações do Governo (com o aumento dos casos de COVID-19, foram adotadas regras mais rigorosas, sendo obrigatório o recurso ao teletrabalho a partir de início de novembro de 2020 – RCM n.º 92-A/2020 e Decreto-Lei n.º 94-A/2020 de 3 de novembro, que alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID 19), a Sociedade implementou o regresso ao regime de teletrabalho a partir de 4 de novembro 2020.

A declaração do estado de pandemia constituiu um teste à robustez do modelo de controlo interno implementado, quer ao nível de procedimentos, com as necessárias adaptações de alguns processos de forma a garantir o nível de efetividade esperado para o perfil de risco da Sociedade, quer ao nível das respostas a providenciar a clientes, entidade regulada e acionista, concluindo-se que o modelo se revelou robusto em face de situações extremas não anteriormente testadas.

2) Impactos nas Demonstrações Financeiras

Apesar da forte reação inicial dos mercados financeiros à Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 em março de 2020, que se traduziu num aumento da volatilidade e na diminuição da liquidez dos ativos, nos meses seguintes os mercados conseguiram recuperar a estabilidade pelo que os impactos na atividade dos Fundos de Pensões e indiretamente nas demonstrações financeiras da Sociedade, por via das comissões, a receita da atividade exercida, à data de 31 de dezembro de 2020, não são materialmente significativos. Adicionalmente, no que se refere aos gastos incorridos não se verificaram impactos significativos em virtude do estado de pandemia.

3) Reconsideração da Continuidade

Como forma de precaver e acompanhar o impacto da Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 e do subsequente Estado de Emergência em Portugal, foram reforçados os procedimentos já existentes, de monitorização de liquidez e rentabilidade dos Fundos de Pensões e os compromissos assumidos no âmbito da atividade pela Sociedade, não existindo, na presente data, incertezas quanto à continuidade da sua atividade e operações.

Objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros

A Sociedade faz uma análise periódica aos principais riscos existentes no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

Face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito, para além do Banco Santander Totta - os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (**Nota 4 e 8** do Anexo às Demonstrações Financeiras) e aos outros créditos a receber, nomeadamente as comissões de gestão dos Fundos de Pensões geridos e ainda não recebidas. Não existe exposição a taxa de juro.

Atualmente, a Sociedade apresenta elevados níveis de liquidez e não tem exposição direta ao risco de mercado.

Quanto ao risco cambial, os ativos e passivos da Sociedade são, exclusivamente, denominados em euros. (**Nota 20** do Anexo às Demonstrações Financeiras).

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua Ramalho Ortigão, n.º 51, 9.º Piso – 1099-090 Lisboa – Portugal - Tel: 210 526 612- Fax: 21 370 58 78

Capital Social: € 1.000.000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa



Perspetivas para 2021

Para 2021, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, o enfoque na gestão dos dois Fundos de Pensões do Grupo Santander em Portugal, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2021, em resultado da aguardada transferência para a Santander Pensões da gestão do Fundo de Pensões BANIF, após as devidas aprovações regulatórias. Este processo encontra-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, a Oitante e o Banco Santander, em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do Fundo de Pensões BANIF para a Santander Pensões.

É intenção do acionista proceder à transferência da gestão dos Fundos de Pensões, incluindo o Fundo de Pensões do Banif, após a aprovação da transferência para a Sociedade, para a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Estas alterações estão, no entanto sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação, não sendo assim possível nesta data determinar quando se concretiza.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de dezembro de 2020 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, nomeadamente no que se refere a divulgações adicionais.

Proposta de aplicação de resultados

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 40.060,84 euros seja totalmente transferido para resultados transitados.

Nota Final

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

- Ao Banco Santander Totta, por todo o seu contributo e empenhamento;
- Ao colaborador da Sociedade, pela sua dedicação e esforço, e à Santander Asset Management;
- À entidade de supervisão, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade e revisores oficiais de contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

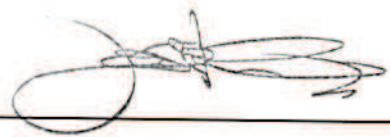
Um especial agradecimento ao Administrador cessante, e que ainda acompanhou a atividade durante o ano de 2020, Dr. Joaquim de Calça e Pina, por todo o trabalho desenvolvido e pela dedicação e entrega à Sociedade.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração




Dr. Nuno Miguel de Oliveira Henriques (Presidente)



Sr. José Manuel Neves



Dr. Lázaro de Lázaro Torres



Dr. Jack Gustaaf C. Treunen

Dra. Sara Eusébio da Fonseca

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

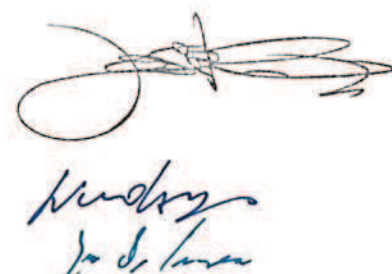
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	7	13 945	25 205
Total do ativo não corrente		<u>13 945</u>	<u>25 205</u>
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	-	16 809
Outros créditos a receber	9	507 032	474 402
Outros ativos financeiros	8	2 000 117	2 000 999
Caixa e depósitos bancários	4	730 314	606 870
Total do ativo corrente		<u>3 237 463</u>	<u>3 099 080</u>
Total do ativo		<u><u>3 251 408</u></u>	<u><u>3 124 285</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	12	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	12	1 156 603	1 141 092
		<u>2 544 020</u>	<u>2 528 509</u>
Resultado líquido do período		40 061	15 511
Total do capital próprio		<u>2 584 081</u>	<u>2 544 020</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		<u>9 966</u>	<u>9 966</u>
Total do passivo não corrente		<u>9 966</u>	<u>9 966</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	19 292	3 090
Estado e outros entes públicos	18	31 278	29 910
Outras dívidas a pagar	11	606 791	537 299
Total do passivo corrente		<u>657 361</u>	<u>570 299</u>
Total do passivo		<u>667 327</u>	<u>580 265</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>3 251 408</u></u>	<u><u>3 124 285</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	13	2 014 813	1 823 939
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 641 068)	(1 407 219)
Gastos com o pessoal	15	(265 177)	(347 965)
Outros rendimentos		7 499	-
Outros gastos	16	(22 892)	(16 859)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93 175	51 896
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(11 261)	(8 576)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		81 914	43 320
Juros e rendimentos similares obtidos	17	117	2 101
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		82 031	45 421
Imposto sobre o rendimento do período	18	(41 970)	(29 910)
Resultado líquido do período		40 061	15 511
Resultado por ação básico	19	0,20	0,08

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição em 31-12-2018		1 000 000	200 000	187 417	2 761 894	28 509	4 177 820
Aplicação do resultado de 2018		-	-	-	28 509	(28 509)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(1 649 311)	-	(1 649 311)
Resultado líquido do período de 2019	11	-	-	-	-	15 511	15 511
Posição em 31-12-2019		1 000 000	200 000	187 417	1 141 092	15 511	2 544 020
Aplicação do resultado de 2019	11	-	-	-	15 511	(15 511)	-
Resultado líquido do período de 2020	11	-	-	-	-	40 061	40 061
Posição em 31-12-2020		1 000 000	200 000	187 417	1 156 603	40 061	2 584 081

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 131 998	1 875 076
Pagamentos a fornecedores		(1 584 783)	(2 534 400)
Pagamentos ao pessoal		(297 916)	(308 851)
	Caixa gerada pelas operações	<u>249 299</u>	<u>(968 175)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(38 143)	(54 195)
Outros recebimentos/pagamentos		(88 425)	(86 545)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	<u>122 731</u>	<u>(1 108 915)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	(27 465)
Investimentos financeiros	8	(2 000 000)	(2 000 000)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	8	2 000 000	3 500 000
Juros e rendimentos similares		1 116	2 526
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	<u>1 116</u>	<u>1 475 061</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(1 649 311)
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(286)	(169)
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	<u>(286)</u>	<u>(1 649 480)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>123 561</u>	<u>(1 283 334)</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.5 (ii)	606 870	1 890 204
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 (ii)	730 431	606 870

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de fundos de pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A. da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes fundos de pensões:

	Valor patrimonial	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	1 143 045 620	1 160 572 757
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	788 083	739 932
	<u>1 143 833 703</u>	<u>1 161 312 689</u>

É expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano de 2021, em resultado da aguardada transferência para a Santander Pensões da gestão do Fundo de Pensões BANIF, após as devidas aprovações regulatórias. Este processo encontra-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, a Oitante e o Banco Santander Totta, em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do Fundo de Pensões BANIF para a Sociedade.

No futuro, é intenção do acionista proceder à transferência da gestão dos Fundos de Pensões, incluindo o Fundo de Pensões BANIF, após a aprovação da transferência para a Sociedade, para a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Estas alterações estão, no entanto, sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pela Entidade Reguladora, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), não sendo assim possível nesta data determinar quando tal se irá concretizar nem em que moldes esta operação poderá ocorrer, nomeadamente, se poderá resultar de uma fusão entre as duas entidades ou de uma transferência da gestão dos fundos de pensões, com o esvaziamento da atividade da Sociedade e possível liquidação. A Administração considera que, não obstante existir esta intenção, que vem alinhar o negócio de gestão dos fundos de pensões em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente, centralizando as atividades e otimizando as estruturas dedicadas já existentes, não é objetivo que tal ocorra em 2021 pelo que a atividade da Sociedade deverá prosseguir normalmente neste exercício.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2021, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 19 de fevereiro de 2021. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas do SNC aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos e passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos e passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade não registou qualquer saldo relativo a ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos que se considera refletir de forma adequada o período de vida útil do ativo.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado, entendendo a Sociedade que não existem diferenças materialmente relevantes para o respetivo justo valor.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos/contratos de gestão dos fundos sobre o valor da média aritmética das valorizações da carteira no último dia do mês de cada trimestre.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos fundos de pensões por si geridos são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%	0,21%

3.7. Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertos. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

3.8. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber (Nota 9) ou em "Outras dívidas a pagar" (Nota 11).

3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos fundos de pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (eventos não ajustáveis ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

- Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (**Nota 3.5 (ii)**) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta	730 314	606 870
	<u>730 314</u>	<u>606 870</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2020 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e nas estimativas.

Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2020.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A. em Espanha pelo que, além do pessoal chave da gestão, as partes relacionadas correspondem às empresas do Grupo Santander e aos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração são conforme segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques;
- José Manuel Neves;
- Lázaro de Lázaro Torres;
- Jack Gustaaf C. Treunen;
- Sara Eusébio da Fonseca.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 203 347 euros e 175 984 euros, respetivamente (**Nota 14**).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

A 29 de Dezembro de 2020, o administrador do Conselho de Administração, Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina, deu conhecimento da sua renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, cessando o respetivo mandato, com efeitos a partir dessa data, tendo sido nomeado como novo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Nuno Miguel de Oliveira Henriques.

6.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31/12/2020						
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
Ativo							
Outros créditos a receber (Nota 9)	-	506 621	411	-	-	-	507 032
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	730 431	-	-	-	-	-	730 431
Outros ativos financeiros (Nota 8)	2 000 000	-	-	-	-	-	2 000 000
	<u>2 730 431</u>	<u>506 621</u>	<u>411</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 237 463</u>
Passivo							
Outras dívidas a pagar (Nota 11)	-	-	-	507 048	-	-	507 048
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>507 048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>507 048</u>
Rendimentos e gastos							
Serviços prestados (Nota 13)	-	2 012 536	2 277	-	-	-	2 014 813
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1 598 315)	-	(25 830)	(1 624 145)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(41 352)	-	-	(215 632)	-	-	(256 984)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 17)	117	-	-	-	-	-	117
	<u>(41 235)</u>	<u>2 012 536</u>	<u>2 277</u>	<u>(1 813 947)</u>	<u>-</u>	<u>(25 830)</u>	<u>133 801</u>
31/12/2019							
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
Ativo							
Activos intangíveis (Nota 7)	-	-	-	-	33 782	-	33 782
Outros créditos a receber (Nota 9)	-	474 013	389	-	-	-	474 402
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	606 870	-	-	-	-	-	606 870
Outros ativos financeiros (Nota 8)	2 000 999	-	-	-	-	-	2 000 999
	<u>2 607 869</u>	<u>474 013</u>	<u>389</u>	<u>-</u>	<u>33 782</u>	<u>-</u>	<u>3 116 053</u>
Passivo							
Outras dívidas a pagar (Nota 10)	-	-	-	348 706	-	-	348 706
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>348 706</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>348 706</u>
Rendimentos e gastos							
Serviços prestados (Nota 12)	-	1 822 378	1 561	-	-	-	1 823 939
Fornecimentos e serviços externos (Nota 13)	-	-	-	(1 318 583)	-	(26 568)	(1 345 151)
Gastos com o pessoal (Nota 14)	(212 296)	-	-	(145 077)	-	-	(357 373)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 17)	2 101	-	-	-	-	-	2 101
	<u>(210 195)</u>	<u>1 822 378</u>	<u>1 561</u>	<u>(1 463 660)</u>	<u>-</u>	<u>(26 568)</u>	<u>123 516</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	2020								
	Saldos em 31/12/2019			Abates e regularizações			Saldos em 31/12/2020		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:									
Software	33 782	(8 577)	-	-	-	(11 261)	33 782	(19 837)	13 945
	<u>33 782</u>	<u>(8 577)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11 261)</u>	<u>33 782</u>	<u>(19 837)</u>	<u>13 945</u>

	2019								
	Saldos em 31/12/2018			Abates e regularizações			Saldos em 31/12/2019		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis:									
Software	-	-	33 782	-	-	(8 577)	33 782	(8 577)	25 205
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33 782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8 577)</u>	<u>33 782</u>	<u>(8 577)</u>	<u>25 205</u>

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo com vencimento original superior a 3 meses e apresentava a seguinte composição:

31/12/2020						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2021	0,00%	1 000 000	102	1 000 102
BST	EUR	22 de julho de 2021	0,00%	1 000 000	15	1 000 015
				<u>2 000 000</u>	<u>117</u>	<u>2 000 117</u>

31/12/2019						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2020	0,10%	1 000 000	953	1 000 953
BST	EUR	22 de julho de 2020	0,01%	1 000 000	46	1 000 046
				<u>2 000 000</u>	<u>999</u>	<u>2 000 999</u>

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Comissões de gestão:		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	506 621	474 013
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	411	389
	<u>507 032</u>	<u>474 402</u>

Os saldos a receber divulgados resultam das comissões de gestão faturadas aos fundos relativas ao último trimestre do exercício de 2020.

3
24
12

10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Santander Totta	3 192	3 090
Santander Asset Management	16 100	-
	<u>19 292</u>	<u>3 090</u>

O saldo referente à Santander Asset Management diz respeito à responsabilidade por liquidar relativa ao custo com a Administração e referente ao mês de dezembro de 2020 (Nota 15).

11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	367 627	337 188
Comissão adicional	139 421	11 518
Serviços obtidos e não faturados	24 986	64 363
Prémios a pagar	74 757	124 230
	<u>606 791</u>	<u>537 299</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos dois fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês ("Comissão de gestão"), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("Comissão adicional").

Em 31 de dezembro de 2020 estavam por pagar o último trimestre das "Comissões de gestão" e da "Comissão adicional" relativas ao exercício de 2020, as quais foram liquidadas em janeiro de 2021.

A rubrica "Prémios a pagar" respeita essencialmente aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho nos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020 (Nota 14), encontrando-se o pagamento diferido por três anos, de acordo com os requisitos regulamentares.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de Fevereiro de 2020, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de 15 511 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, foi proposto, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido do exercício de 2020, no montante de 40 061 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhado como se segue:

	2020	2019
Comissões de gestão:		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	2 012 536	1 822 378
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	2 277	1 561
	<u>2 014 813</u>	<u>1 823 939</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada como se segue:

	2020	2019
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 10)	1 598 315	1 318 583
Contabilidade	25 830	26 568
Auditoria, consultoria e outros serviços	16 010	52 440
Outros trabalhos especializados	833	9 548
Outros	80	80
	<u>1 641 068</u>	<u>1 407 219</u>

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales S.A., Sucursal em Portugal (Gesban PT).

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda para os exercícios de 2020 e 2019, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue (valores sem IVA):

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Revisão legal das contas anuais	13.970	13.765
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	3.490	3.440
	<u>17.460</u>	<u>17.205</u>

15. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos órgãos sociais	158 586	141 557
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	2 970	140 427
Encargos com os órgãos sociais	<u>46 787</u>	<u>34 427</u>
	<u>208 343</u>	<u>316 410</u>
Remuneração do pessoal	27 366	22 691
Prémios e incentivos ao pessoal	2 230	2 008
Encargos sobre as remunerações	6 499	3 539
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	36	37
Outros benefícios	<u>5 039</u>	<u>3 280</u>
	<u>41 169</u>	<u>31 554</u>
Remunerações Conselho Fiscal	15 665	-
	<u>265 177</u>	<u>347 965</u>

A Sociedade recorre a 1 colaborador cedido pelo Banco Santander Totta.

Os prémios e incentivos atribuídos ao Conselho de Administração apresentam um saldo inferior ao de 2019 decorrente da saída de um administrador.

Handwritten signature and initials in blue ink, consisting of a stylized 'J.' and the letters 'x' and 'h' below it.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2020		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	7 520
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 520
José Francisco Antunes Rodrigues	Vogal	5 520
		<u>18 560</u>
2019		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	7 000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliviera	Vogal	5 000
José Francisco Antunes Rodrigues	Suplente	-
		<u>17 000</u>

Em 2020 e 2019, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração detalham-se conforme se segue:

	2020	2019
Remuneração fixa:		
Joaquim Calça e Pina	68 208	68 208
José Neves	55 977	55 977
Nuno Henriques	34 401	-
	<u>158 586</u>	<u>124 185</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2020 e 2019.

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2020 tinha a seguinte desagregação:

	Pecuniário (euros)	Ações (euros)
Remuneração variável:		
Estimado em 2020 e a pagar em 2021, 2022, 2023 e 2024		
José Neves	12 000	12 000
Nuno Henriques	8 291	8 291
	<u>20 291</u>	<u>20 291</u>
Atribuída de 2016 a 2019 e paga em 2020		
Joaquim Calça e Pina	22 676	15 862
José Neves	17 960	12 921
Nuno Henriques	-	-
	<u>40 636</u>	<u>28 783</u>
Atribuída de 2017 a 2019 e a pagar de 2021 a 2023		
Joaquim Calça e Pina	19 322	11 803
José Neves	14 853	8 854
Nuno Henriques	-	-
	<u>34 175</u>	<u>20 658</u>

O emitente das ações atribuídas aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é o Banco Santander S.A. (Espanha).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)16. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros gastos:		
Quotizações	7 633	16 027
Insuficiência de estimativa de imposto	14 350	288
Outros	909	544
	<u>22 892</u>	<u>16 859</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros obtidos:		
Depósitos a prazo (Notas 6.3)	117	2 101
	<u>117</u>	<u>2 101</u>

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2020 e 2019 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Menor do que 1.500.000 euros	0%;
- Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros	3%;
- Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros	5%;
- Maior do que 35.000.000 euros	9%

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	31 278	16 809	29 910
	-	31 278	16 809	29 910

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como se segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	82 031	45 421
Multas e penalidades (inclui juros compensatórios)	-	375
Insuficiência/Excesso de IRC de anos anteriores	(14 350)	(288)
Lucro tributável	67 681	45 508
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(17 227)	(9 617)
Derramas	(1 230)	(687)
Tributação autónoma	(23 513)	(19 606)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(41 970)	(29 910)
Carga fiscal	51,16%	65,44%
Carga Fiscal já paga / a pagar		
Pagamento especial por conta e retenções na fonte	(10 692)	(16 809)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber)	31 278	13 101

19. RESULTADOS POR AÇÃO BÁSICO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram determinados conforme se segue:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	40 061	15 511
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 11)	200 000	200 000
Resultados básicos por ação	0,20	0,08

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	1 143 045 620	1 160 572 757
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	788 083	739 932
	<u>1 143 833 703</u>	<u>1 161 312 689</u>

Em 31 de dezembro de 2020 os níveis de cobertura de responsabilidades por serviços passados no Fundo de Pensões Banco Santander Totta e no Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa são de 103% e de 213%, respetivamente.

21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2020				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	730 431	-	-	-	730 431
Outros ativos financeiros (Nota 8)	2 000 000	-	-	-	2 000 000
	<u>2 730 431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 730 431</u>

	31/12/2019				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	606 870	-	-	-	606 870
Outros ativos financeiros (Nota 8)	2 000 999	-	-	-	2 000 999
	<u>2 607 869</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 607 869</u>

Conforme referido na **Nota 3.5**, a Sociedade estima que o custo amortizado dos depósitos bancários não seja materialmente distinto do respetivo justo valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que a sua atividade se resume à gestão de fundos de pensões. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (**Nota 4**) e aos outros créditos a receber, nomeadamente comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros" ascendiam a 2 730 431 euros (aprox. 84% do ativo líquido) e a 2 607 869 euros (aprox. 83% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta (**Nota 4**).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial, tendo em atenção que os ativos e passivos se encontram denominados em euros. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2020 e 2019 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

23. MARGEM DE SOLVÊNCIA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
I - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA MARGEM DE SOLVÊNCIA	2 570 137	2 544 021
II - MARGEM A CONSTITUIR		
ATIVIDADE DE FUNDOS DE PENSÕES		
Resultado	1 818 834	1 836 313
Fundo de Garantia mínimo legal	800 000	800 000
Montante da Margem a Constituir	1 818 834	1 836 313
Montante do Fundo de Garantia a Constituir	800 000	800 000
III - MONTANTE TOTAL DA MARGEM A CONSTITUIR	1 818 834	1 836 313
IV - MONTANTE TOTAL DO FUNDO DE GARANTIA A CONSTITUIR	800 000	800 000
V - EXCESSO / INSUFICIÊNCIA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = (I - III)	751 303	707 708
VI - TAXA DE COBERTURA DA MARGEM DE SOLVÊNCIA = (I / III)	141,31%	138,54%

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com o n.º 2 da Norma Regulamentar n.º 3/2005-R da ASF, o Fundo de Garantia mínimo legal ascende a 800 000 euros.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Impactos na área de negócio da Sociedade – Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 e Estado de Emergência em Portugal****1) Ativação do Plano de Contingência da DGS**

Considerando a emergência global de saúde pública, declarada pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação da doença COVID 19 como uma pandemia, no transato dia 11 de março de 2020, que determinaram a imposição de normas de contingência dessa epidemia, visando assegurar a contenção e atenuação da progressão social da mesma, é sabido que foram adotadas inúmeras medidas por parte do Governo Português. Dessas medidas destacam-se as que foram objeto de publicação através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID19, da Portaria n.º 71/2020 e, em particular, a regulamentação decorrente do Decreto-Lei n.º 2-A/2020 de 20 de março, que aprovou, em concreto, um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias aplicáveis ao Estado de Emergência. Tendo em conta as informações divulgadas na altura, a 9 de março de 2020, a Sociedade acompanhou o Comité de Contingência diário implementado pela Santander Asset Management SGOIC, S.A., entidade do Grupo Santander responsável pela gestão delegada dos mandatos dos dois Fundos de Pensões e com a qual partilha os administradores executivos e elementos em funções chave, com o objetivo de pôr em execução o plano de sistema de gestão de continuidade em situação de pandemia, nomeadamente, a implementação do modelo de teletrabalho, tendo ativado todos os protocolos e ações necessárias para minimizar todos os riscos para a saúde dos seus colaboradores, fornecedores e clientes.

Após a realização dos testes pertinentes, em que as conexões em remoto funcionaram de forma correta e segura, a Sociedade passou a funcionar em situação de contingência tendo ativado no dia 16 de março de 2020, o seu plano de contingência.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) continuou ativo desde então, tendo sido implementado regime de rotatividade a partir do início de junho. Em face da deterioração da situação pandémica e das novas orientações do Governo (com o aumento dos casos de COVID-19, foram adotadas regras mais rigorosas, sendo obrigatório o recurso ao teletrabalho a partir de início de novembro de 2020 – RCM n.º 92-A/2020 e

Decreto-Lei n.º 94-A/2020 de 3 de novembro, que alterou as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID 19), a Sociedade implementou o regresso ao regime de teletrabalho a partir de 4 de novembro 2020.

A declaração do estado de pandemia constituiu um teste à robustez do modelo de controlo interno implementado, quer ao nível de procedimentos, com as necessárias adaptações de alguns processos de forma a garantir o nível de efetividade esperado para o perfil de risco da Sociedade, quer ao nível das respostas a providenciar a clientes, entidade regulada e acionista, concluindo-se que o modelo se revelou robusto em face de situações extremas não anteriormente testadas.

2) Impactos nas Demonstrações Financeiras

Apesar da forte reação inicial dos mercados financeiros à Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 em março de 2020, que se traduziu num aumento da volatilidade e na diminuição da liquidez dos ativos, nos meses seguintes os mercados conseguiram recuperar a estabilidade pelo que os impactos na atividade dos Fundos de Pensões e indiretamente nas demonstrações financeiras da Sociedade, por via das comissões, a receita da atividade exercida, à data de 31 de dezembro de 2020, não são materialmente significativos. Adicionalmente, no que se refere aos gastos incorridos não se verificaram impactos significativos em virtude do estado de pandemia.

3) Reconsideração da Continuidade

Como forma de precaver e acompanhar o impacto da Declaração do Estado de Pandemia COVID 19 e do subsequente Estado de Emergência em Portugal, foram reforçados os procedimentos já existentes, de monitorização de liquidez e rendibilidade dos Fundos de Pensões e os compromissos assumidos no âmbito da atividade pela Sociedade, não existindo, na presente data, incertezas quanto à continuidade da sua atividade e operações.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de emissão das presentes demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a “Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.251.408 euros e um total de capital próprio de 2.584.081 euros, incluindo um resultado líquido de 40.061 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 dos fundos de pensões (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu a Certificação Legal das Contas, sem reservas, de cada um dos Fundos (Relatórios). Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

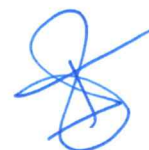
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

19 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da

SANTANDER PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.

1. Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.** (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
2. No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2020, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento e os juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas adotados.
4. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.
5. Obtivemos ainda os relatórios existentes nesta data das funções de *compliance*, gestão de risco e auditoria interna. Procedemos à leitura das atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

6. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., da qual obtivemos todos os esclarecimentos solicitados, considerados necessários à compreensão das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2020, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida nesta data, com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.
7. Analisámos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização preparados pela BDO & Associados, SROC, Lda, Revisor Oficial de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade, nem foram identificadas deficiências significativas do sistema de controlo financeiro interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento das Certificações Legais das Contas dos Fundos, as quais não apresentam reservas, mas incluem uma ênfase relacionada com a problemática da Covid-19.
8. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.



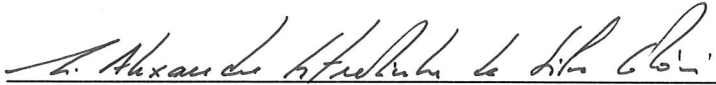
9. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas da Sociedade e dos Fundos por si geridos, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2021

O Conselho Fiscal



Presidente:
PKF & Associados – SROC, Lda.
Representada por José de Sousa Santos



Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória
Vogal



José Francisco Antunes Rodrigues
Vogal